



FADIVALE

FACULDADE DE DIREITO DO VALE DO RIO DOCE

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito

ANO: 2008

Disciplina: Direito Civil VI (Coisas)

Carga horária semestral: 60h/a

Período: 6º

OBJETIVO GERAL

Proporcionar uma visão geral do complexo das normas disciplinadoras das relações jurídicas concernentes à posse, ao direito real sobre coisa própria (propriedade), sobre bens móveis, imóveis e incorpóreos, seus modos aquisitivos e extintivos e, ainda, a aplicação adequada das tutelas jurídicas inerentes a cada um deles em nosso ordenamento jurídico.

EMENTA

Do regulamento do Estatuto da advocacia e da OAB; Lei Orgânica da Magistratura Nacional; Lei Orgânica Nacional do Ministério Público.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. Da advocacia – atividades
2. Prerrogativas e direitos dos advogados
3. Estágio Profissional
4. Organização da OAB
5. Órgãos Especiais
6. Caixas de Assistência
7. Das eleições - regras gerais
8. Código de ética e disciplina
9. Da ética do advogado
10. Das relações com o cliente, sigilo profissional e publicidade
11. Honorários profissionais
12. Processo disciplinar
13. Tribunal de Ética e Disciplina
14. Assistência judiciária
15. Lei orgânica da Magistratura Nacional (Lei complementar nº 35, de 14.3. 1979)
16. Controle Externo do Poder Judiciário
17. Lei Orgânica Nacional do ministério Público (Lei p.625, de 12.2.1993)

METODOLOGIA/PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

- Aulas expositivas, dialogadas;
- Análise crítica de textos de Leis;
- Estudo crítico de exemplos práticos.

PROCEDIMENTOS/RECURSOS DE AVALIAÇÃO

- Provas escritas individuais, com questões objetivas e/ou discursivas;
- Trabalhos individuais e em grupo;
- Pesquisas doutrinárias;
- Pesquisas jurisprudenciais;
- Debates e Plenários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- **ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA OAB** (Legislação Seca), 2004
- BIZATO, José Idelfonso. **Deontologia Jurídica e ética profissional**. Editora LED, 2000
- LOBO, Paulo Luiz Neto. **Comentários ao Novo Estatuto da Advocacia e da OAB**. Editora Brasília Jurídica, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALMEIDA, Guilherme Assis. **Ética e Direito**. São Paulo: Atlas, 2004
- BITTAR, Eduardo C. B. **Curso de Ética Jurídica . Ética Geral e Profissional**. São Paulo: Saraiva, 2002
- LANGANO, Luiz Lima. **Curso de Deontologia Jurídica**. São Paulo: Saraiva, 2002
- HERKENHOFF, João Batista. **Ética para um mundo melhor**. Thex Editora, 2003
- MAMEDE, Gladston. **Fundamentos da legislação do advogado**. São Paulo: Atlas, 2001
- ROBERT, Hervi. **O Advogado**. São Paulo: Martins Fontes, 1999



FADIVALE
FACULDADE DE DIREITO DO VALE DO RIO DOCE

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito

ANO: 2008

Disciplina: Direito Civil VI (Coisas)

Carga horária semestral: 60h/a

Período: 6º

OBJETIVO GERAL

. Proporcionar uma visão geral do complexo das normas disciplinadoras das relações jurídicas concernentes à posse, ao direito real sobre coisa própria (propriedade), sobre bens móveis, imóveis e incorpóreos, seus modos aquisitivos e extintivos e, ainda, a aplicação adequada das tutelas jurídicas inerentes a cada um deles em nosso ordenamento jurídico.

EMENTA

Introdução aos Direitos Reais Sobre as Coisas Alheias. Direitos Reais limitados de uso e gozo. Direitos Reais limitados de garantia. Direito real de aquisição

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DIREITOS REAIS SOBRE COISAS ALHEIAS

- 1.1 Introdução
- 1.2 Noções gerais
- 1.3 Princípios gerais
- 1.4 Formas de constituição
- 1.5 Divisão e classificação

2. DOS DIREITOS REAIS DE USO E GOZO

- 1.6 Da Enfiteuse
- 1.7 Direito de Superfície
- 1.8 Das servidões
- 1.9 Do Usufruto
- 1.10 Do uso e da habilitação

3. DOS DIREITOS REAIS DE GARANTIA

- 3.1 Noções gerais
- 3.2 Do penhor
- 3.3 Da hipoteca
- 3.4 Da alienação fiduciária em garantia

4. DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO

- 4.1 Da promessa Irretratável de venda

5. DIREITO REAL DE AQUISIÇÃO

- 5.1 Da promessa Irretratável de venda

METODOLOGIA/PROCEDIMENTO DIDÁTICO

- Aulas expositivas dialogadas, com estudo e interpretação de textos legais;
- Trabalhos de pesquisa em grupo e individuais;
- Análise crítica de casos concretos.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Visitas relatorizadas ao Fórum da Justiça Comum e da Justiça do Trabalho

PROCEDIMENTOS/RECURSOS DE AVALIAÇÃO

- Provas escritas individuais, com questões objetivas e/ou discursivas;
- Trabalhos individuais e em grupo;
- Pesquisas doutrinárias;
- Pesquisas jurisprudenciais;
Debates e Plenários.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- DINIZ, Maria Helena. **Curso de Direito Civil**. Vol. 4. São Paulo: Saraiva, 2002
- FIGUEIRA JÚNIOR, J. D. **Posse e Ações Possessórias**. Vol. I, Curitiba: Juruá - PR, 1994
- FIÚZA, César. **Curso Completo de Direito Civil**. Belo Horizonte: Del Rey, 1998
- GOMES, Orlando. **Direitos Reais**. Rio de Janeiro: Forense, 1997
- PEREIRA, Caio Mário da Silva. **Instituições de Direito Civil**. Vol. IV. Rio de Janeiro: Forense, 1997

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BESSONE, Darcy. **Da Posse**. São Paulo: Saraiva, 1996
- BESSONE, Darcy. **Direitos Reais**. São Paulo: Saraiva, 1996
- DI PIETRO, Maria Sílvia Zanella. **Direito Administrativo**. São Paulo: Atlas, 2000
- DINIZ, Maria Helena. **Sistema de registro de Imóveis**. São Paulo: Saraiva, 1992
- DINIZ, Maria Helena. **Tratado Teórico e Prático dos Contratos**. Vols. 1 a 5. São Paulo: Saraiva, 1993



FADIVALE

FACULDADE DE DIREITO DO VALE DO RIO DOCE

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito

ANO: 2008

Disciplina: Direito do Trabalho II

Período: 6º

Carga horária semestral: 60h/a

Turno: MATUTINO/NOTURNO

OBJETIVOS GERAIS

- Possibilitar uma visão holística do Direito do Trabalho, sua origem, evolução, fontes, interpretação e integração, auxiliando a compreensão da natureza de suas normas e sua autonomia em relação aos outros ramos do direito
- Propiciar o conhecimento do Direito Internacional do Trabalho e sua aplicação e influência na ordem jurídica brasileira.

EMENTA

Duração do Trabalho; Repouso semanal remunerado (Lei nº 605/49); Férias; Direito internacional do trabalho e sua aplicação (Convenção nº 132 da OIT); Disposições especiais sobre duração e condições do trabalho; Remuneração e salário.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DA DURAÇÃO DO TRABALHO

- 1.1 Aspectos históricos
- 1.2 Direito Internacional
- 1.3 Evolução no Brasil
- 1.4 Jornada do Trabalho. Conceito. Natureza Jurídica. Fundamentos
- 1.5 Classificação: Jornada comum, Jornadas especiais, Jornada a tempo parcial
- 1.6 Empregados excluídos do capítulo da “Duração do Trabalho”
- 1.7 Conceito de horas extraordinárias; Horas *in itinere*. Horas sobreaciso, prontidão de “bip” ou “celular”
- 1.8 Acordo de prorrogação de horas de trabalho com compensação. Banco de Horas
- 1.9 Prorrogação da jornada: necessidade imperiosa: força maior, serviços inadiáveis
- 1.10 Turnos ininterruptos de revezamento. Caracterização
- 1.11 Adicional de horas extras e respectivos cálculos (inclusive reflexos); Comissionistas
- 1.12 Trabalho noturno: urbano e rural. Efeitos
- 1.13 Intervalos intra e interjornadas. Conceito. Finalidade.

2. REMUNERAÇÃO E SALÁRIO

- 2.1 Remuneração: Conceito e Elementos
- 2.2 Salário: Conceito e Classificação
- 2.3 Distinção entre Remuneração e Salário
- 2.4 Tipos especiais de salário
- 2.5 Abonos e Adicionais (de horas extras, noturno, insalubridade, periculosidade)
- 2.6 Ajuda de Custo e Diárias
- 2.7 Gorjetas e Gratificações
- 2.8 Gratificação de função e Verba de representação
- 2.9 Prêmios, Quebra de Caixa
- 2.10 13º Salário (Gratificação Natalina)
- 2.11 Participação nos lucros da empresa
- 2.12 Salário-mínimo, Piso Salarial, Salário Profissional
- 2.13 Direito adquirido e irredutibilidade salarial
- 2.14 Proteção ao salário
- 2.15 Descontos no salário empregado. Estudo do artigo 462, da CLT, Equiparação e equivalência salarial.

REPOUSO SEMANAL REMUNERADO-LEI Nº 605/49

- 2.16 Aspectos históricos, Direito Internacional, Evolução no Brasil
- 2.17 Denominação. Conceito. Natureza Jurídica
- 2.18 Vigência dos artigos 67 a 70 da CLT
- 2.19 Trabalhadores beneficiados
- 2.20 Remuneração do RSR; Salário-fixo+Variável; Variável; dos Bancários; dos professores
- 2.21 Repercussão das HE nos RSR's
- 2.22 Trabalho em dias de repouso e sua remuneração.

4. DAS FÉRIAS

- 4.1 Introdução; Aspectos históricos
- 4.2 Direito Internacional no Brasil
- 4.3 Conceito. Natureza Jurídica
- 4.4 Período aquisição; Falas
- 4.5 Perda do direito de férias
- 4.6 Período concessivo. Comunicação das Férias. Férias concedidas após o período concessivo
- 4.7 Férias Coletivas
- 4.8 Remuneração das Férias e Abono de Férias
- 4.9 Dos efeitos da cessação do contrato de trabalho
- 4.10 Prescrição

5. DAS DISPOSIÇÕES ESPACIAIS SOBRE DURAÇÃO E CONDIÇÕES DO TRABALHO

- 5.1 Bancários
- 5.2 Ferroviários
- 5.3 Aeronautas e Aeroaviários
- 5.4 Serviços em frigoríficos
- 5.5 Trabalhadores em minas de subsolo
- 5.6 Jornalistas
- 5.7 Professores
- 5.8 Telefonistas
- 5.9 Penalidades

6. DIREITO INTERNACIONAL DO TRABALHO E SUA APLICAÇÃO. CONVENÇÃO N. 132 DA OIT SOBRE FÉRIAS

- 6.1 Comentários propedêuticos
- 6.2 A Organização Internacional do Trabalho
- 6.3 Declarações Internacionais
- 6.4 Tratados Internacionais.

METODOLOGIA/PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

- Aulas expositivas, dialogadas, com auxílio de retroprojektor e recurso de vídeo e cinemática
- Atividades em grupos para discussão de temas relevantes
- Visitas relatorizadas ao Fórum da Justiça Comum e da Justiça do Trabalho
- Atividade de pesquisa extra-sala, seminários e simpósios.

PROCEDIMENTOS/RECURSOS DE AVALIAÇÃO

- Provas escritas, individuais, com questões objetivas e/ou discursivas.
- Trabalhos individuais e em grupo
- Pesquisas doutrinárias
- Pesquisas jurisprudenciais
- Debates e plenários

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito do Trabalho**. 21 ed. São Paulo: Atlas, 2006
- BARROS, Alice Monteiro de. **Curso de Direito do Trabalho**. 2 ed. São Paulo: ed. LTr, 2000

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CARRION, Valentin. **Comentários à CLT**. 31 ed. São Paulo: Saraiva, 2006
- DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 4 ed. São Paulo: ed. LTr, 2006



FADIVALE

FACULDADE DE DIREITO DO VALE DO RIO DOCE

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito

ANO: 2008

Disciplina: Direito Penal IV

Carga horária semestral: 60h/a

Período: 6º

Turno: MATUTINO/NOTURNO

OBJETIVOS GERAIS

- Possibilitar a identificação do comportamento criminoso com o tipo penal adequado, estabelecendo a relação do tipo penal com o dispositivo pertinente à espécie, contido na Parte Especial do CP;
- Favorecer a identificação da qualificação doutrinária de cada tipo penal, e do objeto jurídico tutelado pela norma penal incriminadora;
- Incentivar a pesquisa, buscando na investigação e na análise crítica, o entendimento doutrinário.

EMENTA

Crime contra os Costumes; Crimes contra a família; Crimes contra a incolumidade pública; Crimes contra a paz pública; Crimes contra a fé pública; Crimes Contra a administração.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. CRIMES CONTRA OS COSTUMES

- 1.1 Crimes contra liberdade sexual
- 1.2 Sedução e corrupção de menores
- 1.3 Rapto
- 1.4 Disposições comuns aos crimes contra a liberdade sexual, sedução e corrupção de menores e rapto
- 1.5 Lenocínio e tráfico de mulheres
- 1.6 Ultraje público ao pudor

2. CRIMES CONTRA A FAMÍLIA

- 2.1 Crimes Contra o Casamento
- 2.1 2.2 Crimes Contra o Estado de Filiação
- 2.2 2.3 Crimes Contra a Assistência Familiar
- 2.3 2.4 Crimes Contra o Pátrio Poder, Tutela ou Curatela

3. CRIMES CONTRA A INCOLUMIDADE PÚBLICA

- 3.1 Crimes de perigo comum
- 3.2 Crimes Contra a Segurança dos Meios de Comunicação, Transporte e Outros Serviços Públicos
- 3.3 Crimes Contra a Saúde Pública

4. CRIMES CONTRA A PAZ PÚBLICA

- 4.1 Dos Crimes Contra a Paz Pública

5. DOS CRIMES CONTRA A FÉ PÚBLICA

- 5.1 Dos Crimes Contra a Fé Pública
- 5.2 Falsidade de Títulos de Papéis Públicos
- 5.3 Falsidade Documental

5.4 Outras Falsidades

6. DOS CRIMES CONTRA A ADMINISTRAÇÃO

- 6.1 Crimes Praticados por Funcionários Públicos Contra a Administração em Geral
- 6.2 Crimes Praticados por particular contra a administração em geral
- 6.3 Usurpação de função pública
- 6.4 Resistência
- 6.5 Desobediência
- 6.6 Desacato
- 6.7 Tráfico de influência

METODOLOGIA/PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

- Aulas expositivas dialogadas;
- Atividades em grupos para discussão de temas relevantes;
- Atividades de pesquisa extra- sala;
- Visitas relatorizadas ao Fórum da Justiça comum.

PROCEDIMENTOS/RECURSOS DE AVALIAÇÃO

- Provas escritas individuais com questões discursivas e/ou objetivas;
- Trabalhos práticos individuais e/ou em grupos;
- Pesquisas doutrinárias;
- Pesquisas jurisprudenciais;
- Debates e Plenários

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- BRUNO, Aníbal. **Direito Penal**. Rio de Janeiro: Forense, 2000
- DELMANTO, Celso. **Código Penal Comentado**. São Paulo: Renovar, 2001
- JESUS, Damásio Evangelista de. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2001
- NORONHA, Magalhães. **Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2000

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BITENCOURT, César Roberto. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Saraiva, 2001
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Manual de Direito Penal**. São Paulo: Atlas 2001
- MIRABETE, Júlio Fabbrini. **Código Penal Interpretado**. São Paulo: Atlas 2001
- PRADO, Luiz Régis. **Curso de Direito Penal Brasileiro**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2001



FADIVALE
FACULDADE DE DIREITO DO VALE DO RIO DOCE

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito

ANO: 2008

Disciplina: Direito Processual Civil IV

Período: 6º

Carga horária semestral: 60h/a

Turno: MATUTINO/NOTURNO

OBJETIVOS GERAIS

- Possibilitar o entendimento de que a execução é um processo autônomo com base em título executivo extrajudicial de obrigação de dar, fazer, não fazer e pagar quantia certa, e como exceção a sentença que manda pagar quantia certa contra a Fazenda Pública (Lei 11.382/2006).
- Proporcionar a compreensão dos Embargos do Devedor, como processo de conhecimento incidental, distribuídos por dependência ao processo de execução e que os Embargos do Devedor têm a finalidade de desconstruir o título executado, diminuir o seu valor ou extinguir a execução por falta de condição de ação ou pressupostos processuais.

EMENTA

Do processo de execução com as reformas pelas Lei 11.232/2005 e 11.382/2006; Das disposições gerais; Dos embargos do devedor; Da execução por quantia certa contra devedor insolvente; Da suspensão e da extinção do processo de execução.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

2. DO PROCESSO DE EXECUÇÃO COM AS REFORMAS PELAS LEI 11.232/2005 E 11.382/2006

- 2.1 Da execução em geral
- 2.2 Das partes
- 2.3 Da competência
- 2.4 Dos requisitos necessários para realizar qualquer execução
- 2.5 Do título executivo judicial e extrajudicial
- 2.6 Da responsabilidade patrimonial

3. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 3.1 Da execução para entrega de coisa certa
- 3.2 Da entrega de coisa incerta
- 3.3 Da obrigação de fazer
- 3.4 Da obrigação de não fazer
- 3.5 Da execução por quantia certa contra devedor solvente
- 3.6 Da penhora
- 3.7 Da avaliação
- 3.8 Da adjudicação
- 3.9 Da alienação por iniciativa particular
- 3.10 Da alienação pública
- 3.11 Da execução contra a fazenda pública
- 3.12 Da execução da prestação alimentícia (arts. 612 a 735)

4. OS EMBARGOS DO DEVEDOR

- 4.1 Das disposições gerais
- 4.2 Dos embargos à execução contra a fazenda pública
- 4.3 Dos embargos à execução fundada em título extrajudicial
- 4.4 Dos embargos à arrematação, à adjudicação e à alienação
- 4.5 Dos embargos na execução por carta

5. DA EXECUÇÃO POR QUANTIA CERTA CONTRA DEVEDOR INSOLVENTE

- 5.1 Da insolvência;
- 5.2 Da insolvência requerida pelo credor
- 5.3 Da insolvência requerida pelo devedor ou pelo seu espólio
- 5.4 Da declaração judicial de insolvência
- 5.5 Da atribuições do administrador
- 5.6 Da verificação e da classificação do crédito
- 5.7 Do saldo do devedor

5.8 Da extinção das obrigações (arts. 748 a 786)

6. DA SUSPENSÃO E DA EXTINÇÃO DO PROCESSO DE EXECUÇÃO

6.1 Da suspensão

6.2 Requisitos

6.3 Efeitos (arts. 791 a 795)

METODOLOGIA/PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

- Exposição oral da matéria com questionamentos permanente ao aluno;
- Trabalho escrito em grupo e individual;
- Apresentação oral em grupo e individual;
- Projeção de vídeos;
- Retroprojeção de fluxogramas.

PROCEDIMENTOS/RECURSOS DE AVALIAÇÃO

- Trabalhos escrito em grupos/individual sob a forma de problemas envolvendo questões jurídicas de direito processual e com autos findos;
- Provas com questões abertas e ou objetivas;
- Relatórios de Trabalhos/Pesquisas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- GRECO FILHO, Vicente. **Curso de Direito Processual Civil Brasileiro**. Vols. I, II e III. São Paulo: Saraiva, 2003
- MOREIRA, José Carlos Barbosa. **Novo Processo Civil Brasileiro**. Rio de Janeiro: Forense, 2001
- SANTOS, Ernani Fidelis. **Manual de Direito Processual Civil**. Vols. I e II. São Paulo: Saraiva, 2002
- THEODORO JÚNIOR, Humberto. **Curso de Direito Processual Civil**. Vols. I, II e III. Rio de Janeiro: Forense, 2001
- WALBIER, Luiz Rodrigues. Coordenação - **Curso Avançado de Processo Civil**. Vols. I, II e III. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997

CLÁSSICOS

- As Doutrinas relacionadas de nº 6, 7 e 10 são específicas (Processo de Execução e Tutela Específicas nº 6, 7 e 10)
- As Doutrinas de nº 8, 9 e 11 são de Direito Comparado, para conhecimento do direito Alienígena, fonte do nosso Direito processual Civil.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ALVIM, José Eduardo Carreira. **Tutela Específica das Obrigações de fazer e não fazer**. Belo Horizonte: Del Rey, 1997
- ASSIS, Araken de. **Manual do Processo e Execução**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1997
- CALAMANDREI, Pierro. **Direito Processual Civil**. Vols. I, II e III. São Paulo: Bookseller, 1999
- CARNELUTTI, Francesco. **Instituições do Processo Civil**. Vols. I, II e III. São Paulo: Servanda, 2001
- CHIOVENDA, Giuseppe. **Instituições de Direito Processual Civil**. Vols. I, II e III. São Paulo: Bookseller, 2000

GRECO, Leonardo. **O Processo de Execução**. São Paulo: Renovar, 2001



FADIVALE

FACULDADE DE DIREITO DO VALE DO RIO DOCE

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito

ANO: 2008

Disciplina: Direito de Empresa IV

Carga Horária Semestral: 40 h/a

Período: 6º

Turno: Matutino/Noturno

OBJETIVO GERAL

Possibilitar a exposição de toda a matéria pertinente ao Direito Falimentar e à Recuperação Empresarial, baseada na concepção do crédito como fator primeiro de desenvolvimento dos negócios, propiciando a visão da nova legislação acerca da possibilidade de reestruturação das empresas economicamente viáveis que passam por dificuldades momentâneas, a fim de manter os empregos e os pagamentos aos credores, sob o prisma da prioridade dada à manutenção da empresa e dos seus recursos produtivos.

EMENTA

Recuperação Judicial, Falência, Recuperação Extrajudicial do Empresário e da Sociedade Empresária. Legislação: Lei 11.101 De 09.02.2005.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. DISPOSIÇÕES COMUNS À RECUPERAÇÃO JUDICIAL E À FALÊNCIA
2. VERIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO DE CRÉDITOS
3. ADMINISTRADOR JUDICIAL E O COMITÊ DE CREDORES
4. ASSEMBLÉIA GERAL DOS CREDORES
5. RECUPERAÇÃO JUDICIAL
6. PROCESSAMENTO DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL
7. FALÊNCIA
8. CLASSIFICAÇÃO DOS CRÉDITOS
9. PEDIDO DE RESTITUIÇÃO

10. PROCEDIMENTO PARA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA
11. INABILITAÇÃO EMPRESARIAL E DOS DIREITOS E DEVERES DO FALIDO
12. FALÊNCIA REQUERIDA PELO PRÓPRIO DEVEDOR
13. ARRECADAÇÃO E CUSTÓDIA DOS BENS
14. EFEITOS DA DECRETAÇÃO DA FALÊNCIA SOBRE AS OBRIGAÇÕES DO DEVEDOR
15. INEFICÁCIA E REVOGAÇÃO DE ATOS PRATICADOS ANTES DA FALÊNCIA E AÇÃO REVOCATÓRIA
16. REALIZAÇÃO DO ATIVO
17. PAGAMENTO AOS CREDORES
18. ENCERRAMENTO DA FALÊNCIA E DA EXTINÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DO FALIDO
19. RECUPERAÇÃO EXTRAJUDICIAL
20. DISPOSIÇÕES PENAIS E CRIMES FALIMENTARES
21. DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS
22. LEGISLAÇÃO FALIMENTAR

METODOLOGIA / PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS:

- Aulas expositivas dialogadas, inclusive com recursos audiovisuais.
- Aulas práticas: estudo dirigido, análise e interpretação de artigos e textos doutrinários.
- Trabalhos em grupo ou individuais.
- Debates e estudos de casos concretos.

PROCEDIMENTOS / RECURSOS DE AVALIAÇÃO

- Provas escritas e individuais com questões objetivas e/ou discursivas, em etapa única ou duas.
- Simulados do Exame de Ordem.
- Registro de participação ativa nas atividades propostas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- FAZZIO JR, Waldo. Lei de Falência e Recuperação de Empresas. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2008
- CAMPINHO, Sérgio. Falência e Recuperação de Empresa. 3 ed. São Paulo: Renovar, 2008
- ULHOA COELHO, Fábio. Comentários à Nova Lei de Falências e de Recuperação de Empresas. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 2007
- Legislação seca. Lei de Falências e Recuperação de Empresas. Coleção Saraiva de Legislação. 18 ed. São Paulo: Saraiva, 2005

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- OLIVEIRA, Celso Marcelo. Comentários à Nova Lei de Falências. 1 ed. São Paulo: Thomson, 2005



FADIVALE
FACULDADE DE DIREITO DO VALE DO RIO DOCE
PLANO DE ENSINO

Curso: Direito

ANO: 2008

Disciplina: Direito Processual Penal II

Carga horária semestral: 40h/a

Período: 6º

Turno: MATUTINO/NOTURNO

OBJETIVO GERAL

Favorecer o aprimoramento do raciocínio crítico acerca do conteúdo do Direito Processual Penal, visto de *per si* ou sob o aspecto da interdisciplinaridade, notadamente suas relações com outros ramos do direito e ciências afins, permitindo que o conhecimento básico de conceitos importantes desmistifique as relações da ciência processual penal com a vida prática do direito, além de uma constante abordagem quanto aos aspectos humanísticos decorrentes da boa aplicação das normas de processo.

EMENTA

Jurisdição e competência; Sujeitos Processuais; Questões e Processos Incidentes; Prisão e Liberdade Provisória; Prova.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. JURISDIÇÃO

- 1.1 Caracteres
- 1.2 Princípios
- 1.3 Divisão

2. COMPETÊNCIA

- 2.1 Noções gerais

- 2.2 Espécies de delimitação da jurisdição
- 2.3 Territorial
- 2.4 Lugar da consumação do delito
- 2.5 Delitos plurilocais ou de distâncias mínima
- 2.6 Delitos qualificados pelo resultado
- 2.7 Divisa de duas ou mais comarcas (incerta a jurisdição)
- 2.8 Crimes permanentes e continuados
- 2.9 Domicílio ou residência do réu
- 2.10 Prevenção
- 2.11 Conexão e Continência
- 2.12 Funcional

3. SUJEITOS PROCESSUAIS

- 3.1 Ministério Público
- 3.2 Querelante
- 3.3 Acusado
- 3.4 Defensor
- 3.5 Dativo
- 3.6 Constituído
- 3.7 Curador
- 3.10 Assistente

4. QUESTÕES E PROCESSOS INCIDENTES

- 4.1 Questões prejudiciais
- 4.2 Exceções
- 4.3 Conflito de competência
- 4.4 Restituição de Coisas Apreendidas
- 4.5 Medidas assecuratórias
- 4.6 Incidente de falsidade
- 4.7 Incidente de Insanidade mental do acusado

5. PROVA

- 5.1 Noções
- 5.2 Fonte de prova
- 5.3 Prova emprestada
- 5.4 Ônus da prova
- 5.5 Provas ilícitas
- 5.6 Princípios
- 5.7 Exame de corpo de delito e perícias em geral
- 5.8 Interrogatório
- 5.9 Confissão
- 5.10 Ofendido
- 5.11 Testemunhas
- 5.12 Reconhecimento de pessoas e coisas
- 5.13 Documentos
- 5.14 Busca e apreensão

6. PRISÃO E LIBERDADE PROVISÓRIA

- 6.1 Prisão penal e prisão sem pena
- 6.2 Princípios Constitucionais
- 6.3 Mandado
- 6.4 Inviolabilidade do domicílio
- 6.5 Flagrante
- 6.6 Temporária
- 6.7 Preventiva
- 6.8 Liberdade provisória com ou sem fiança

METODOLOGIA/PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

- Aulas expositivas dialogadas
- Análise de textos de leis
- Pesquisas e debates
- Análise de casos concretos

PROCEDIMENTOS/RECURSOS DE AVALIAÇÃO

- Relatórios de trabalhos/Pesquisas
- Provas escritas, individuais, com questões objetivas e discursivas

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CAPEZ, Fernando. **Curso de Processo Penal**. 1 ed. rev. São Paulo, Saraiva, 2003
- TOURINHO FILHO, Fernando da Costa. **Manual de Processo Penal**. São Paulo, Saraiva, 2003

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR:

- FERNANDES GOULART, Valéria Diez Scarence Fernandes. **Tortura e Prova no Processo Penal**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2001
- NORONHA, Edgar Magalhães. **Curso de Processo Penal**. 28 ed. São Paulo, Saraiva, 2002
- OLIVEIRA, Eugênio Pacelli. **Curso de Processo Penal**. Belo Horizonte: Del Rey, 2002
- ROUSSEAU, Jean Jacques (tradução Pietro Nassetti). **Do Contrato Social**. São Paulo: Martin Claret, 2003
- SMANIO, Gianpaolo Poggio. **Tutela Penal dos Interesses Difusos**. 1 ed. São Paulo: Atlas, 2000



FADIVALE

FACULDADE DE DIREITO DO VALE DO RIO DOCE

PLANO DE ENSINO

Curso: Direito

ANO 2008

Disciplina: Direito Tributário II

Período: 6º

Carga horária semestral: 60h/a

Turno: MATUTINO/NOTURNO

OBJETIVO GERAL

Possibilitar o conhecimento do Direito Tributário e suas relações com o fenômeno financeiro do Estado e os demais ramos do Direito, favorecendo a compreensão e a análise crítica de sua função social.

EMENTA

Fato gerador. Obrigação tributária. Crédito tributário. Administração tributária. Infrações penais. Processo administrativo tributário. Processo Judicial tributário. Dos impostos da união, estados, distrito federal e municípios. Leis extravagantes.

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

1. FATO GERADOR

- 1.1 Conceito, natureza e ocorrência
- 1.2 Classificação do fato gerador
- 1.3 Elementos do fato gerador

2. OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

- 2.1 Conceito e natureza
- 2.2 Fontes e elementos da obrigação tributária
- 2.3 Espécies de obrigação tributária
- 2.4 Distinção com as obrigações do Direito Privado
- 2.5 Solidariedade
- 2.6 Capacidade e domicílio tributários
- 2.7 Responsabilidade tributária – espécies

3. CRÉDITO TRIBUTÁRIO

- 3.1 Conceito e características
- 3.2 Lançamento - Conceito e função
- 3.3 Modalidades de lançamento
- 3.4 Suspensão do crédito tributário – Espécies
- 3.5 Extinção do crédito tributário – Espécies
- 3.6 Exclusão do crédito tributário – Espécies
- 3.7 Decadência e prescrição em direito tributário
- 3.8 Restituição do indébito
- 3.9 Garantias, privilégios e preferências do crédito tributário

4. ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

- 4.1 Fiscalização
- 4.2 Certidões negativas e positivas
- 4.3 Dívida Ativa – características

5. INFRAÇÕES PENAIS

- 5.1 Classificação
- 5.2 Crimes de sonegação fiscal
- 5.3 Sanções fiscais

6. PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO

- 6.1 A consulta – Características
- 6.2 A denúncia espontânea – Características
- 6.3 Contencioso tributário - Impugnação e recursos
- 6.4 Julgamento dos processos - Instâncias
- 6.5 PTA, federal, MG. e municipal - G. Valadares

7. PROCESSO JUDICIAL TRIBUTÁRIO

- 7.1 A execução fiscal - Embargos à execução
- 7.2 As Ações penais

- 7.3 O Mandado de segurança em matéria tributária
- 7.4 A ação em consignação em pagamento
- 7.5 As ações ordinárias

8. DOS IMPOSTOS DA UNIÃO, ESTADOS, DISTRITO FEDERAL E MUNICÍPIOS - Estudo dos seguintes elementos

- 8.1 Lei instituidora - Natureza do tributo
- 8.2 Fato gerador
- 8.3 Sujeito passivo - Contribuintes e responsáveis
- 8.4 Base de cálculo
- 8.5 Alíquotas

9. LEIS EXTRAVAGANTES

- 9.1 Lei 8.864/94 - Microempresas e Empresas de Pequeno Porte Lei 9.317/96 - Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuição das ME e EPP - "SIMPLES"

PROCEDIMENTOS/RECURSOS DE AVALIAÇÃO

- Provas escritas e individuais com questões objetivas e/ou discursivas
- Correção de trabalhos e pesquisas
- Exposição em grupos ou individuais
- Provas interdisciplinares

METODOLOGIA/PROCEDIMENTOS DIDÁTICOS

- Exposição oral dialogada inclusive com recursos audiovisuais;
- Estudo Dirigido, análise e interpretação de textos da Constituição Federal e do Código tributário Nacional;
- Pesquisa bibliográfica;
- Trabalhos em grupo ou individuais;
- Debates, plenários, estudo de casos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- ALEXANDRINO , Marcelo e PAULO Vicente. **Manual de Direito Tributário**. Rio de Janeiro: Impetus, 2007
- AMARO, Luciano da Silva. **Direito Tributário Brasileiro**. São Paulo: Saraiva, 1997
- BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de Direito Financeiro e de Direito Tributário**. 6 ed. São Paulo: Saraiva, 1998
- SABBAG, Eduardo de Moraes. **Direito Tributário**. São Paulo: Prima Cursos Preparatórios, 2004

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Direito Penal Tributário**, Crimes Contra a Ordem Tributária. São Paulo: Atlas, 1995
- ANDRADE FILHO, Edmar Oliveira. **Direito Penal Tributário**-Crimes contra a ordem tributária. São Paulo: Atlas, 1995
- BALEEIRO, Aliomar. **Direito Tributário Brasileiro**, Atualizado por Misabel Abreu Machado Derzi, 11 ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999
- BECKER, Alfredo Augusto. **Teoria Geral do Direito Tributário**. São Paulo: Saraiva, 1963
- FALCÃO, Amillar de Araújo. **Fato Gerador da Obrigação Tributária**. Rio de Janeiro: Forense, 1994
- TEODORO JÚNIOR, Humberto. **Lei de Execução Fiscal**. 5 ed. São Paulo: Saraiva, 1998
- TORRES, Heleno. **Direito Tributário Internacional**. São Paulo: RT, 2001
- VILLELA, Gilberto Etchaluz. **A Responsabilidade Tributária**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2001
- VOLKWEISS, Roque Joaquim. **Direito Tributário Nacional**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1997